

DILEMAS DO DEBATE POPULACIONAL

THAÍS CORRAL

A Terceira Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento terá lugar no Cairo em setembro de 1994. Como é de praxe nas conferências mundiais da ONU, de dois a três anos antes começam as reuniões preparatórias tanto em nível regional como Internacional. Para a reunião do Cairo, já foram realizadas duas reuniões dos comitês preparatórios. A última aconteceu em Nova Iorque em maio de 1993 e foi precedida por reuniões regionais nos cinco continentes.

Por razões conhecidas, o debate sobre a questão populacional tem atraído o interesse e estimulado discussões no movimento de mulheres. As organizações de mulheres são até o momento o lobby mais organizado para o Cairo. Por esse motivo, vamos procurar organizar informações e idéias a respeito dos conteúdos oficiais e das posições defendidas até o momento pelo movimento de mulheres com vistas à conferência.

Os documentos oficiais distribuídos ao público pela Secretaria-Geral da Conferência e os relatórios dos governos ressaltam o reconhecimento pleno da importância da integração das mulheres em qualquer plano de ação para a população. Essa perspectiva ficou bem clara no discurso proferido pela secretária-geral da Conferência Mundial de População do Cairo, Dra. Nafis Sadik, na abertura da segunda reunião do comitê preparatório: "Acredito na vital necessidade de investir nos seres humanos, especialmente nas mulheres, adolescentes e adultas, que continuam a ter desvantagens perante seus companheiros quando se trata de oportunidades econômicas, sociais e políticas. Advogo pelo investimento nas mulheres. Em termos econômicos e sociais, os retornos são enormes. Sobretudo na atenção aos direitos humanos básicos, o imperativo para tais investimentos é inquestionável. Esses investimentos devem ser dirigidos para os serviços de saúde, inclusive de planejamento familiar, que visam permitir às mulheres um maior controle de suas vidas, de seu corpo e de seu futuro. Os esforços para estimular as oportunidades para as mulheres devem envolver também os homens e estar orientados para promover o status e as escolhas das mulheres".

As colocações da Dra. Sadik expressaram uma tendência que permeou a maior parte das declarações feitas pelas delegações dos países presentes à segunda reunião do comitê preparatório. O papel desempenhado pelos Estados Unidos nos programas de controle populacional criou uma forte expectativa em torno das colocações de Timothy Wirth, chefe da delegação americana. Em seu discurso, além de abordar questões importantes tais como admitir que os problemas ambientais são em grande parte fruto do excesso de consumo das populações dos países ricos, Tim Wirth também reconheceu um importante papel às mulheres: "As mulheres muito freqüentemente são vítimas da pobreza, da discriminação e da violência física. Sem boa alimentação, sem saúde, sem possibilidades de criar seus filhos, as mulheres não podem alcançar seu potencial e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Níveis inaceitáveis de acesso a serviços de saúde materno-infantil, contracepção e aborto seguro provocam a morte de mais de 500 mil mulheres anualmente. As necessidades de métodos de controle da fertilidade seguros e efetivos ainda não foram atendidas. Muitas mulheres continuam sem acesso a nenhum método ou sem nenhuma possibilidade de escolha".

O chefe da delegação americana fez ainda uma declaração sem precedentes, do ponto de vista do protocolo diplomático, sobre o aborto: "Embora seja difícil, é necessário que discutamos com cuidado o tema do aborto. Um recente encontro internacional chamou atenção para a tragédia humana acarretada pelo aborto inseguro e ilegal. Estima-se que um quarto das mortes maternas - entre 50 e 200 mil anualmente - deve-se a seqüelas de abortos praticados em condições inadequadas. A maior parte ocorre nos países em desenvolvimento".

O consenso em torno da necessidade de integrar as mulheres nas diretrizes e planos de ações para população delineados na Conferência do Cairo está expresso no marco teórico votado na reunião do segundo comitê preparatório. Os tópicos-chave definitivamente vinculados a essa perspectiva são: *Igualdade de Gênero e Fortalecimento do Poder das Mulheres e Direitos Reprodutivos, Saúde Reprodutiva e Planejamento Familiar*.

A política de integração das mulheres, embora possa causar surpresa, não é nova. Começou a ser delineada pelas Nações Unidas na década de 70. Na primeira Conferência Mundial de População da ONU, que ocorreu em 1974, em Bucareste, foi lançado o Plano de Ação Mundial para a População com o seguinte objetivo geral: "promover a condição da mulher e a expansão de seu papel, sua total participação na formulação e implementação de políticas sócio-econômicas, assim como na promoção da consciência, entre as mulheres, de seus papéis atuais e potenciais na vida nacional". A socióloga Carmem Barroso faz uma ampla análise das duas linhas de pensamento - a do controle da natalidade e a desenvolvimentista - que estão na raiz dessa posição. Ao concluir seu artigo *As Mulheres e as Nações Unidas: As Linhas do Plano Mundial de População*, Barroso levanta um aspecto importante, que sem dúvida faz refletir sobre os riscos desta proposta: "O interesse de ambas

as linhagens pela condição feminina é derivado basicamente de um reconhecimento: o da importância das mulheres como solução para outros problemas, embora essa instrumentalidade nunca tenha sido explicitamente enunciada¹.

A posição do movimento de mulheres

O tema saúde da mulher foi um dos mais trabalhados pelo movimento de mulheres. As reflexões sobre o controle do corpo e da sexualidade - "nosso corpo nos pertence" - alimentaram os primeiros grupos de reflexão que deram origem ao movimento feminista. A luta pela legalização do aborto e pelo acesso a meios contraceptivos seguros marcou a atuação política do movimento de mulheres nas últimas décadas. Na impossibilidade de lograr uma resposta efetiva do Estado, em muitos países, sobretudo do Sul, as próprias mulheres criaram grupos de atendimento para intervir na qualidade dos serviços e das informações sobre saúde reprodutiva disponíveis. No Brasil, por exemplo, a partir do início da década de 80 surgiram muitos grupos de mulheres cujo principal objetivo era dar um novo viés ao tratamento da saúde reprodutiva, tanto em relação ao conteúdo e à forma, quanto ao tipo de serviço disponível. Esse trabalho, de perfil revolucionário para os padrões nacionais, obteve respaldo de agências e instituições internacionais.

A relação dos grupos de mulheres com as agências financiadoras interessadas na questão populacional sofreu alguns atritos na medida em que o apoio a esses grupos tinha também seu reverso controlista, vivamente repudiado. Esse viés se refletiu explicitamente no apoio massivo que foi dado a entidades de planejamento familiar - em sua maioria, a cargo de empresários ou médicos - cujo único objetivo era implementar programas efetivos de controle da natalidade.

Os programas de controle da natalidade, hoje objeto de uma contundente crítica, deixaram rastros lamentáveis nos países onde foram implementados. Não propiciaram uma melhora da infra-estrutura dos serviços de saúde, priorizaram métodos com comprovados efeitos colaterais negativos para a saúde das mulheres e não resolveram nenhum dos problemas básicos - pobreza, meio-ambiente e aglomeração urbana - a que se diziam estar destinados.

Diante das inúmeras evidências de abusos cometidos no corpo das mulheres sob justificativas aparentemente nobres, nesse novo *round* que precede a Terceira Conferência de População do Cairo, o movimento de mulheres se divide entre a corrente que aposta no pragmatismo e pretende que as mulheres assumam a frente das propostas das Nações Unidas e

¹ BARROSO, Carmen. As Mulheres e as Nações Unidas: as Linhagens do Plano Mundial de População. *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 1 (1): 1ª. sem. 1989, p. 183-197.

dos governos e as que conservam uma certa distância, duvidando dos desdobramentos de intenções tão elevadas ao analisar as bases em que estão colocadas.

Vale observar que, no contexto dos preparativos da Conferência Internacional de População do Cairo, a abertura à participação das mulheres e a realização de um *lobby* mais efetivo tanto nos corredores dos prédios das Nações Unidas quanto nas próprias delegações oficiais incentivam o pragmatismo. Lideranças do movimento feminista têm sido convidadas cada vez mais para fazer parte das delegações oficiais. A delegação dos Estados Unidos, por exemplo, conta entre seus membros com Adrienne Germain, coordenadora-geral da Coligação Internacional pela Saúde da Mulher (International Women's Health Coalition) e Bella Abzug, da Organização de Mulheres para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (WEDO). Essas duas organizações lideraram também o *lobby* das mulheres durante a reunião do Segundo Comitê Preparatório em Nova Iorque.

A aposta no pragmatismo é, sem dúvida, muito saudável e tem como premissa básica possibilitar às mulheres dos países em desenvolvimento e às minorias menos privilegiadas dos países desenvolvidos serviços de saúde reprodutiva de boa qualidade que considerem a saúde da mulher em sua integralidade. A proposta inclui melhores serviços de atendimento pré e pós-natal, lembrando que milhares de mulheres são vítimas fatais das complicações relativas ao parto. Inclui também a possibilidade de escolha, com acesso a uma ampla gama de métodos contraceptivos, assegurando a realização do aborto legalmente e sem qualquer tipo de riscos. Os fundamentos dessa plataforma que o movimento de mulheres dirige à reunião do Cairo estão contidos no documento *Vozes das Mulheres*, que foi elaborado por um significativo número de feministas numa reunião em Londres em setembro de 1992. *Vozes das Mulheres* se apresenta como um abaixo-assinado e pretende recolher assinaturas de organizações do mundo inteiro até a data da reunião do Cairo. O documento é muito completo no que tange a temas relativos à saúde da mulher. Tem alcançado, por esse motivo, um amplo grau de consenso junto ao movimento.

Para além da perspectiva que prioriza os temas relacionados com a saúde da mulher, uma outra visão vem sendo defendida pelo movimento de mulheres no debate da questão populacional. Essa visão está, em parte, expressa no Tratado de População e Desenvolvimento debatido no Planeta Fêmea e endossado por ONGs do mundo inteiro. Acredita-se que a reunião do Cairo, assim como a ECO-92, pode vir a ser um fórum importante onde cabem críticas mais radicais a nossa civilização, da qual de fato se origina grande parte dos males que atingem as mulheres. Trata-se, em outras palavras, de ousar uma visão que, para além das nossas questões específicas, aborde temas que digam respeito ao conjunto da sociedade.

No que tange à demografia, base das discussões sobre a temática populacional, temos de exigir que a apresentação dos dados e as categorias

selecionadas para análise incluam novos parâmetros que reflitam a realidade. "Gente que nasce, vive, ama, tem filhos, envelhece e morre, gente que é sujeito de seu próprio destino não pode ser tratada como um mero problema técnico encapsulado em curvas de crescimento e decrescimento de taxas"².

Embora haja consenso sobre o fato de que o crescimento populacional abala as estruturas do planeta e que é preciso atentar para a idéia de que em 2025 seremos 8.472 bilhões sobre o globo terrestre, é importante analisar a natureza das fundamentações práticas dessas ameaças. "À medida que a renda aumenta, o modo de vida e a tecnologia serão semelhantes aos da Europa, América do Norte ou Japão. Haverá um aumento de carros. Desde 1950, a população dobrou, mas o número de carros no mundo está projetado para crescer de 400 para 700 milhões nos próximos 20 anos - duas vezes mais rápido do que a população (...) os países em desenvolvimento despejarão 16,5 bilhões de toneladas de carbono por ano em 2025, quatro vezes mais do que é lançado hoje pelos países desenvolvidos"³. A lógica que sustenta essa premissa é clara: a economia de mercado e o estímulo ao consumo constituem o "único modelo viável de desenvolvimento", mas para atenuar o impacto ambiental e a limitação imposta pelos recursos naturais é preciso reduzir o número de pessoas que usam esses recursos.

Durante o processo da ECO-92 um dos questionamentos mais importantes levantados pelas mulheres foi o da exclusão que faz parte dos mecanismos que regem a ordem econômica mundial em vigor. O avanço tecnológico exclui. Divulgado recentemente, o relatório anual do Fundo das Nações Unidas sobre População⁴ revelou que crescimento econômico com desemprego se tornou uma das características principais tanto dos países ricos quanto dos países pobres na década de 90. A consequência disso tem sido um aumento assustador nas migrações internas e internacionais que atingiram em 1992 a faixa dos 100 milhões de pessoas. O relatório revela ainda a concentração do poder político e de riquezas em grupos sociais, demográficos e geográficos minoritários. Na média, só 10% da população mundial têm controle sobre decisões que afetam suas vidas. Segundo o relatório, a exclusão tem cara. No caso dos EUA, por exemplo, se apenas sua população branca fosse levada em conta, o país ocuparia o primeiro lugar no índice de desenvolvimento humano. Se apenas os negros americanos fossem contados, o país ficaria em 31º lugar e só os hispânicos deixariam os EUA na 35ª posição em desenvolvimento humano. O questionamento ético dos mecanismos de exclusão tem definitivamente que fazer parte da agenda das mulheres para o Cairo. Por indignação e coerência.

² DARCY DE OLIVEIRA, Rosiska. *Sex, Lies and Misconceptions*. Population Danger. IDAC, REDEH e IBASE (s. l.), 1993, p. 5-8.

³ ONU. *Human Development Report*. UNFPA, 1990.

⁴ *Ibidem*, 1993.

Outra questão de grande relevância que concerne à população do mundo, na qual as mulheres têm tido uma atuação destacada e que, portanto, deve estar incluída em nossa pauta para o Cairo, é a denúncia dos efeitos causados pela quantidade crescente de lixo tóxico. Num só país, os Estados Unidos, onde as estatísticas são razoavelmente confiáveis, estima-se uma produção anual de 2.500 toneladas de lixo tóxico. A indústria química expandiu a produção sintética de substâncias químicas de um milhão de toneladas em 1940 para 125 milhões de toneladas em 1987 - 12.500% de aumento. "O uso dessas e de outras substâncias químicas vem criando numerosos riscos de contaminação que envolvem desde o transporte e acidentes no armazenamento até poluição do ar"⁵. O Cairo é uma oportunidade para deixar claro que não queremos um progresso que nos custe a própria saúde e a das futuras gerações.

Esses são aspectos que tornam evidente a desordem mundial que nos persegue por toda a parte e comprometem uma plataforma política fundada na especificidade descontextualizada do global.

Diversidade de métodos contraceptivos e qualidade de serviços de saúde reprodutiva podem perder sua eficácia se a usá-la a quem estão destinados mora numa favela sem saneamento básico, respira ar e bebe água contaminados, vive cercada pela violência e pela falta de perspectivas no futuro. Não é por mero acaso que diante da possibilidade de escolha as mulheres continuam optando pela esterilização. Essas são as contradições invisíveis que as estatísticas não revelam.

A complexidade dos problemas com que nos defrontamos exige, hoje, o exercício de um novo olhar para antigas questões. A degradação das estruturas de poder e das instituições é de tal ordem que, além de reclamar direitos, temos que recuperar o sentido da responsabilidade humana, aquela básica que tem sido elucidada na campanha contra a fome lançada pelo sociólogo Herbert de Souza. Nós mulheres, que fomos artífices do movimento mais importante do século XX, temos a possibilidade de contribuir para a emergência de uma nova forma de viver. Não podemos correr o risco, sob o lema de defender os direitos das mulheres, de reforçar um modelo de sociedade, marcado cada vez mais pelo *apartheid* sócio-econômico e cultural e pela falta de esperança.

⁵ NEWMAN, Penny. Killing Legally with Toxic Waste: Women and the Environment in the United States. *Development Dialogue*, 1992, p. 50-70.